

## CONSERVAÇÃO, INOVAÇÃO, VISITAÇÃO: FORMAS DE GESTÃO TURÍSTICA E EDUCATIVA DO PATRIMÔNIO GEOGRÁFICO

### CONSERVATION, INNOVATION, VISITATION: FORMS OF TOURISM MANAGEMENT AND EDUCATIONAL OF GEOGRAPHIC HERITAGE

**Christian Dennys Monteiro de Oliveira**

Professor Universitário desde 1991, Pós Doutor em Turismo e em Geografia Humana, Professor Adjunto da Universidade Federal do Ceará

[cdennys@gmail.com](mailto:cdennys@gmail.com)

#### RESUMO

O estudo apresenta a primeira fase de uma investigação que liga patrimônio geográfico e turismo patrimonial, via processo educativo. Seguindo a proposta imaginativa racionalidade científica, estudos epistêmico desenvolvido por Gaston Bachelard, ou obras de texto com o exemplo de duas grandes áreas vizinhas de propriedade em Andaluzia: O Santuário de N. S. do Rocío e Espaço Doñana (Huelva). A metodologia inicia-se com o princípio de que o conceito de "espacialidade" pode ser traduzida como "níveis" de compreensão e de abordagem a estes espaços, para promovê-los ao estatuto de igualdade na educação. São eles, a *conservação* (que apresenta os patrimônios envolvidos), a *inovação*, com seus desafios e abordagem proposta deles na educação, e *visitação*, o que aumenta o patrimônio intangível das festas e celebrações como forma de diálogo sensibilidade e formação de professores comprometidos com a equidade. Como resultado, tentar exercer uma fronteira simbólica que pode ser separado e não um desafio, mas não pode negar que ele é o eixo de comunicação, atividades educativas e práticas de gestão do turismo patrimonial. O estudo é completado por colocar o jogo visível / invisível na projeção da festa como eixo na captura do processo turístico de visitação.

#### PALAVRAS-CHAVE

Santuário, Visitação, Espacialidade, Educação Patrimonial, Turismo Patrimonial.

#### ABSTRACT

The study presents the first phase of an investigation linking geographical heritage and heritage education. Following the proposal imaginative scientific rationality, epistemic studies developed by Gaston Bachelard, the text works with the example of two large areas neighboring property in Andalusia: The Shrine of Virgin del Rocío and Doñana Natural Park (Huelva). The methodology starts with the principle that the concept of "spatiality" can be translated "levels" of understanding and approach to these spaces, to promote them to the status of educational equity. It is they, the *conservation* (which presents the assets involved), *innovation*, with its challenges and proposed approach them in education, and the visitation, which raises the intangible heritage of festivals and celebrations as a form of dialogue and sensitivity training teachers committed to education equity. As a result, try to exercise a symbolic boundary that can be separated and do challenging, but cannot deny that he is the axis of communication, educational activities and management practices of heritage tourism. The study is completed by placing the game, visible / invisible, in projecting the party as the centerpiece in the capture process tourist visitation of heritage.

## KEYWORDS

Sanctuary, Dialogue, Spatiality, Heritage Education, Heritage Tourism.

## 1. ESCLARECIMENTO PRELIMINAR

A reflexão deste artigo advém da leitura perceptiva e da observação inicial de todo um conjunto de estudos sobre a espacialidade turística do patrimônio geográfico em Andaluzia (Espanha), empreendida no ano de 2011, em por um plano de estudos denominado: *Geopatrimônio dos Santuários Andaluzes: Avaliação dos Lugares Simbólicos de Planejamento Turístico e Educação Geográfica*, na Universidade de Sevilla. Portanto, o trabalho não compreende um processo encerrado, nem tão pouco uma visão exclusiva da Gestão do Turismo frente ao patrimônio cultural e regional, sem passar por uma complexa interlocução com as dimensões simbólicas da contemporaneidade. São elas aqui identificadas como o *princípio da conservação* (dos contextos) e o *desafio da inovação* (frente aos valores). Após apresentá-los e situá-los em função do lugar simbólico que investigamos – notadamente o *geopatrimônio* de 2 santuários espacialmente vinculados: El Rocío /Doñana.

Esse esclarecimento também nos serve para indicar imediatamente o objetivo central de aproximação com as questões geográficas do patrimônio. Entendemos o Turismo como uma prática sócio-cultural, de amplamente comunicativa e diretamente comprometida com o imaginário contemporâneo dos lugares. Exatamente por isso descartamos qualquer qualificação da Educação Geográfica sem uma gestão permanente da práxis turística. Neste sentido, parte dessa reflexão envolve um caráter teórico propositivo ao planejamento territorial do turismo; enquanto outra parte assume uma autocrítica de enfrentamento a Educação formal que ainda não transformou comunidade escolar na principal clientela de visita turística ao crescente patrimônio geográfico de nossos países.

## 2. INTRODUÇÃO

Uma região periférica contemporânea, na escala nacional ou internacional, é o espelho do anúncio político de uma prosperidade porvir. Os indicadores econômicos confortam os espaços do desespero. É mais fácil encontrar bons leitores de David Harvey e Milton Santos nos pregões das bolsas de valores e nos infinitos debates televisivos, do que nos corredores “sem saída” de nossos departamentos acadêmicos.

O motivo é tão simples quanto à qualidade do mapa mental de um motorista de taxi frente ao discurso do prefeito de qualquer cidade. Em um jogo imaginário, a práxis existencial tende a ganhar de dez das técnicas retóricas, com nível científico e metodológico limitado. Hoje ganha de cem, frente a um conhecimento científico encastelado no convencimento de que suas revoluções são as únicas e indispensáveis saídas para o tumor incontável das crises. A geografia dos taxistas – dos ciclistas e caminhoneiros também – permanece avançando. Exatamente porque *conservam* e, ao mesmo tempo, *inovam* em suas geografias. Não apostam todas as fichas de sobrevivência em um método. Transitam conforme o trânsito. E se projetam além dele, quando para conversar sobre um mundo pior que, “graças aos deuses”, ainda nos concede o poder do *diálogo nosso de cada dia*.

Tal espírito de conversação – prosaico e dialógico – não poderia permanecer tão distante quando nos propomos a apresentar um trabalho científico de cujo *modus operandi* situa-se em uma viagem investigativa. Similarmente às corridas dos taxistas, em nossas cotidianas urbes, nos lançamos nesse exercício acadêmico, sem um academicismo padrão. O texto que apresentamos para falar de

patrimônio como um conceito-objeto de natureza geográfica, imita as certezas de seguridade dos taxistas.

No primeiro, há que se cumprir o princípio da conservação. Vamos examiná-lo metaforicamente naquela relação de desconfiança cartesiana que estabeleceu o engodo da modernidade. Uma demonstração nítida de que um passageiro pode saber o caminho, pode discutir com o taxista o trajeto, pode até encher o peito por que está pagando a corrida. Mas não pode derrubar a sabia amplitude do mapa mental do taxista. A modernidade apresentou o progresso, a revolução, os contratos sociais e as quebras de paradigmas. Mas não convenceu ainda aos milhões de taxistas telúricos de que o trajeto de seu veículo tem de se submeter à lógica do planejamento. Não convenceu porque frente a experiência, a sensibilidade e a intuição, a trajetória – melhor dizendo, o caminho, é que faz o caminhante. Não se trata de um determinismo natural. Trata-se de primeiro *conservar*, e garantido isso, o tudo mais ou o nada mais. Especialmente no Espaço Natural de Doñana em seu contexto de valores múltiplos: ecológico, turístico, religioso e educativo.

Já no segundo, pode-se abrir para o eixo poético / técnico-científico da inovação, capaz de acrescentar elementos relacionais que nos desestabilize sim, mas sem abalo estrutural ao princípio conservador. Eis o momento em que o taxista “reage” às nossas sugestões, com o risco de romper o contrato, mas não a interação. *Podemos ir por esse caminho que o senhor está falando, mas há esses problemas... (ou) não sei exatamente onde fica, mas terei condição de saber quando chegarmos mais perto.* São falas conservadoras; mas não negam a inovação aquele que insere o “novo” no “dado” anteposto. Apresentamos a leitura advinda da percepção devocional das massas romeiras que fazem neste mesmo espaço natural um campo comunicacional (FERRARA, 2008), cada vez mais desafiador de sua própria fé. Trata-se de expor o papel tecnológico da Festa de Nossa Senhora do Rocío, *Rainha das Marismas* do rio Guadalquivir, na semana de Pentecostes.

Em certa medida a “inovação” tende a ser considerada estranha. E posteriormente acolhida como uma meta absoluta. Ou seja, um objetivo a ser alçado pelo planejamento do “desenvolvimento sustentável”. Planejamento sempre disposto a firmar grandes ideais humanitários, a revelar das experiências humanas, existenciais e espirituais. Essa leitura de “inovação” nos projeta uma geografia de alto risco, ainda que academicamente confortável. *Inovar* não é e nem pode ser meta final de um desafio patrimonial. Se assim fosse, o taxista nunca chegaria ao destino. O caos se instalaria não como uma instabilidade; mas uma quebra do princípio; um corte na conservação. Eis um dos maiores temores de nossa espécie, desde que aceitamos fazer-nos “natureza cultural” (GASTAL, 2003). E quando a cultura (o adjetivo) modernizou-se em apropriação ilimitada da natureza (o substantivo), deu-se, conforme exploraremos na parte final, a festa como *racionalidade invertida*.

O patrimônio imaterial da festa, tão desafiadora tanto aos gestores e acadêmicos por sua capacidade de desenhar uma meta, capaz de mobilizar os eixos *conservação* ↔ *inovação*. Seja para a ilusão das mutações revolucionárias; seja para a iluminação da ética de convívio, que Fontal Merillas (2002) reconhece como *inércia criadora*. Absoluta só enquanto ajustada a um rigor. Melhor seria qualificá-la em contexto, em alguma escala regional representativa da espacialidade relacional (FERRARA, 2008. 55<sup>1</sup>) El Rocío/Doñana, em que dois santuários são instigados a traçar essa inércia de quase impossível reequilíbrio. O sul de Espanha – que lá no “remoto” século XVII, já se apresentou como o “norte” de toda América – agora nos provê elementos conceituais assegurar os caminhos de outra racionalidade. Como fazer da visita turística uma constante na educação patrimonial? Como manter essa racionalidade aberta à complexidade do conservar-inovar, sem desvios da simplificação filosófica

<sup>1</sup> Na reprodutibilidade, espacialidade e visualidade descobrem-se mutuamente [...] Epistemologicamente, o fluxo das espacialidades se coloca como objeto científico que neutraliza e supera o espaço como objeto fixo e estável, impondo seu estudo a várias áreas científicas.

(BACHELARD, 2009: 29). O exercício poético que move a imaginação no protege também dos temores de uma interlocução entre diferentes: alunos/professores; turistas/residentes; devotos/ambientalistas. Dialógica e dialeticamente precisamos inverter para verter e converter, de dar vazão mas com sentido. Eis o afluxo das formas simbólicas (CORREA, 2007). É quando um passageiro pode estar sim dirigindo o taxi. E o motorista vivendo a curiosidade aberta de se ver – por algum tipo de “primeira vez” – aqueles lugares para onde (em sua cidade) foi conduzido. *Eu nunca vim aqui doutor, mas estou me sentindo em casa!* Isso é meta de gestão Turística e Educativa. Como nos aproximar melhor dela.

### 3. DESENVOLVIMENTO DAS FORMAS DE CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

O patrimônio geográfico de Andaluzia, não é toda Andaluzia territorialmente falando; mas a forma mais significativa de alcançar qualquer todo. Poderia ser forjada em uma cartografia de pontos, linhas e áreas, que adensam um zoneamento identificador da própria territorialidade nomeada por um processo político-cultural. E nessa identificação, *acidentes geográficos* constituintes da paisagem ganha um ordenamento humanístico ímpar (CLAVAL, 1999), permitindo-nos o exercício indispensável de seleção: qual o mais incidental dos “acidentes”? Qual deles pode melhor conservar a medida que inova (e vice e versa)?

Não há um padrão fixo de escolha. Florestas, montanhas, vulcões, lagos, planaltos, serras, manguezais, podem cumprir esse papel de destaque ascendente, da materialidade ao símbolo. Mas dificilmente detenham tanta vitalidade quando as paisagens fluviais. Os rios são uma espécie de princípio viário que fundam vilas e cidades. O mesmo papel parece ter sido desenhado na relação entre Andaluzia e seu rio principal: o rio Guadalquivir. Eis um exemplo, entre tantos, de patrimônio original, provedor simbólico do patrimônio geográfico.

O Guadalquivir atravessa a Comunidade de Andaluzia no sentido NE-SO. Demarca um conjunto regional marcado pelos desequilíbrios ocupacionais e econômicos históricos que se refletem em preocupações curriculares contemporâneas (SANTA MARÍA; PRADO GOMÉZ, 2005). Recebe, em sua bacia, águas de afluentes hídricos provenientes das 8 províncias regionais, em seu alto e médio curso, advindas das vertentes da Serra Morena (ao norte) e Serra Subbética (ao sul). No total, são 657 km de rio em uma bacia de 58.000 km<sup>2</sup>. O que representa 70% do território andaluz.

Em seu baixo curso, sua passagem em Sevilha, forma-se à sua margem esquerda uma vasta planície parcialmente inundável nos períodos de chuva (meses de inverno), que vão identificar o complexo paisagístico patrimonial (cultural e natural) ao qual nos ocupamos: El Rocío / Doñana. Para reconhecermos as características principais da área, separaremos cada “metade” em dois santuários (lugares simbólicos) representativos do afluxo de mecanismos voltados à conservação de suas peculiaridades.

#### 3.1. SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA DEL ROCÍO

Entre as inúmeras festas devocionais espanholas, contidas no universo da religiosidade cristã, tornou-se um destaque de projeção massiva em Andaluzia, a tradição rocieira. Esta consiste no cumprimento de uma saudação festiva, por intermédio da Irmandade de Nossa Senhora del Rocío. Na verdade trata-se de uma federação de Irmandades, vinculadas a Irmandade principal da cidade de Almonte (Huelva), somando atualmente 107 irmandades filiais. A grande maioria delas concentra-se nas cidades e vilas das Províncias de Sevilla, Cádiz e Huelva. É no período que antecede e procede ao domingo de

Pentecostes (50 dias após a festa da Páscoa), todas elas empreendem romarias (caminhos *rocieiros*), na direção à ermita dedicada à Virgem das Rocinas. Imagem de Santa Maria vestida de sol, conforme menções do apocalipse e rebatizada na simbologia geográfica (e poética) das águas do orvalho = *rocío*. Elemento hídrico, diretamente vinculado aos pântanos = “marismas”, que marcam a paisagem vizinha da Ermita e do povoado surgido em seu entorno.

Dias de la Sierna (2007), entre tantos estudiosos do fenômeno *rocieiro* andaluz, dedicou a um relato investigativo detalhado para apontar um conjunto de fatores que, a partir da segunda metade do século XX, desembocam em uma “explosão” massiva da Romaria de Pentecostes. Com evidente foco jornalístico sua preocupação maior encontra-se nos registros biográficos e fontes documentais internas a Irmandade Matriz de Almonte.

Acompanhado a crítica de devotos inconformados com as evidentes desfigurações culturais das tradições *rocieiras*, Dias de la Sierna acrescenta à modernização da sociedade e do estado, uma significativa menção a participação de própria hierarquia católica nesse processo. Nesse sentido abre um importante espaço para lembrar que a fundação da Diocese de Huelva e a presença polêmica de seu primeiro bispo Mons. Pedro Cantero. Assim, as visitas (executadas ou negadas) da Imagem à cidade de Almonte, a reforma e ampliação da Ermita, os novos sistemas de promoção e ordenamento das próprias irmandades filiais; e principalmente, a abertura da estrada que liga Almonte à faixa litorânea, passando na Aldeia del Rocío, modificaram completamente o localismo da devoção em regionalismo latente.

Regionalismo devocional e político que pôs de forma mais clara duas forças conservacionistas em diferentes lados de uma fronteira imaginária: no campo religioso, buscando assegurar a hegemonia do símbolo, a comunidade *rocieira* do município de Almonte foi intensificando seu controle sobre a ermita e impedindo a liderança do novo bispado para como o Santuário. E no plano estatal, com a comprar das primeiras glebas (1964) para o futuro Parque Nacional (1969) e Natural (1989) de Doñana. O Estudo coordenado de Michael Murphy & González Faraco (2002), direciona o conceito de “modernização” de Dias de la Sierna para “massificação”. Entretanto, faz um enriquecimento antropológico e político, fundamental para que a leitura do santuário não o posicione apenas na periferia dos centros devocionais por força desse regionalismo. A massificação passar por uma evidente capacidade reativa da comunidade local de Almonte de, a partir de 1986, aproveitando um plano de reordenamento da aldeia, rebatizar com toponímias locais o que antes tendia a homenagens externas e globalizantes. Esse aspecto manifesto como uma evidente resistência, não se deu sem outros níveis de confronto até mesmo com a mídia, as mais tradicionais irmandades filiais e os mais recentes mecanismos de proteção ambiental do Parque – ampliado em 1999, na categoria “Espaço Natural” – que adensam a complexidade do que aqui efetivamente conceituamos como tradição.

Mas é preciso ler o fenômeno de patrimonialização da localidade também pelo âmbito ecológico. Embora a maior parte dos autores e dos documentos, que desenham a importância planetária de Doñana, se quer dêem destaque a esse peso antro-geográfico dos caminhos, acessos e formas de identidade religiosa. O que representa uma lacuna de difícil transposição para a efetiva conservação ambiental. E resistência ao diálogo com o turismo também.

### 3.2. A RESERVA DONÁNA E SUA PROTEÇÃO INCOMPLETA

A reconquista democrática em Espanha, a partir da morte de Franco, em 1974, e da nova Constituição de 1977, abriu caminho para um Estado de Direito, cuja força legislativa também se fez refletir na questão patrimonial.

Recupera-se aqui esse fato para estabelecer o pano de fundo da primeira legislação mais sistemática de proteção ambiental (1975) e, posteriormente, a Lei de proteção ao Patrimônio Históricos e Cultural (1985). Seus efeitos incidirão na ampliação progressiva do cuidadoso reconhecimento estatal para com o Parque Doñana e seu entorno. O trabalho do geógrafo Mulero Mendigorri (2007), sobre os desafios para ordenar os espaços litorâneos de Andaluzia, na perspectiva da proteção, aponta o pioneirismo representado pela reserva, *Coto Doñana*, nesse processo. A Declaração de 28 de setembro de 1969 que a reconhece com uma extensão inicial de 39.225ha e a Ley de Espaços Protegidos que permitirá em em 28/12/1978 sua ampliação para 50.720ha, abrem caminho para uma série de novas iniciativas de conservação em toda Comunidade Autónoma. Mendigorri enfatiza que nas décadas seguintes duas outras expansões da política de proteção desembocariam no que hoje denomina-se RENPA: Rede de Espaços Protegidos de Andaluzia. Conforme o Conselho de Meio ambiente do governo andaluz, a rede continha nas categorias: parque nacional, parque natural, paragem natural, reserva natural, monumento natural, parque periurbano, paisagem protegida e reserva natural concertada, um total de: 150 unidades com 1.669.847 ha. A maior de Espanha.

Ao caracterizar o patrimônio ambiental de Doñana para demonstrar as razões de seu crescente enquadramento regulatório, o autor nos lembra sua posição estratégica no fluxo intercontinental de aves migratórias em função de uma sucessão de ecossistemas: pântanos, bosques, lagunas, formações arbustivas e dunas, praias. O que também trás uma ampliação dos riscos frentes as mudanças recentes na exploração geográfica de seu entorno.

Daí o estabelecimento de mecanismos de gestão que não impedem os processos turísticos e as preocupações de um manejo científico e educativo. Todavia, ainda não suficientes para garantir a perpetuação desse viveiro natural em sintonia com as grandes demandas modernas e os avanços da sociedade-industrial. O Plano de Ordenação do Território do Âmbito de Doñana (POTA – 2007), de responsabilidade do Governo de Andaluzia, é a versão mais recente de orientação governamental para mitigar os impactos. E, em continuação, colher um amplo espectro de diretrizes que permitam discernir em termos de zoneamento, quais as áreas mais restritivas (núcleos sensíveis da estação ecológica) e quais aqueles que requerem reorientação na ocupação e uso solo, principalmente seu entorno, incluindo a área da Ermita do Rocío.

Entretanto, o Plano de Ordenação não conduz um destaque maior a questão da Romaria e suas manifestações culturais. Centra suas preocupações no explosivo desenvolvimento agropecuário, urbano e turístico, que diretamente atua nos ajustes dos serviços educacionais. O campo simbólico do *Grande Rocío*, na festa de Pentecostes, entretanto, só será percebido em sua intensidade também explosiva pelos documentos das políticas públicas vinculadas ao setor Cultural.

Um conjunto de avanços conservacionistas tem sido possíveis frente a construção dessa visibilidade internacional, necessariamente mediática. E tal processo passa necessariamente pelo desdobramento obtido com a transformação do Parque em Patrimônio da Humanidade, em 1984, coincidindo com o período de intenso reordenamento político do Estado Espanhol e desenvolvimento do regime territorial confederativo das 17 Comunidades Autónoma que se estabeleceram. Entre seus registros destacamos o inventário regional: *Paisajes y Patrimonio Cultural em Andaluzia: Tiempo, usos e imágenes*, desenvolvido pelo Laboratório de Paisagens Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico de Andaluzia (JUNTA – IPHA. 2009), que destaca a projeção cultural do complexo de Doñana entre as 32 divisões sub-regionais de da comunidade Andaluzia. O que denota uma atenção muito recente no cruzamento de fatores culturais e naturais; não só para compreender as múltiplas interações do patrimônio geográfico, mas para buscar eficácia em sua tortuosa conservação.

Fechamos essa caracterização dos desafios mais específicos do eixo conservacionista lembrando registrando o trabalho de Aquilino Duque, *El mito de Doñana*. Essa obra constitui segundo o geógrafo Jose Manuel Rubio Récio, um marco de defesa de Doñana, que se re-actualiza, três décadas depois, frente a essa ampliação territorial do Espaço protegido. Convém notar, portanto, essa sutil diferenciação entre a realização (proteger) e a busca (conservar). Mesmo com a ampliação da área protegida, uma força não se traduz diretamente na outra. Talvez por que uma lembrança de Duque, após caracterizar detalhadamente os ambientes do Parque – estações do ano, evolução histórica enfrentamentos políticos (o latifúndio, a aristocracia – aponta o *mito* como uma indiscutível interdependência de duas metades de um mesmo patrimônio: “Quien habla con desdén de los “pajaritos” es capaz de hablar con desdén del Paráclito (Espíritu Santo), que es un “pajarito” también. Doñana y El Rocío tienen una historia común y común es también su destino”. (DUQUE, 2007: 203). O alerta ajuda a apontar a insuficiência da conservação sem o plano da inovação. Passaremos agora a este nível, visando “garimpar” das iniciativas que abarcam o papel complementar desse plano.

#### 4. DESENVOLVIMENTO DAS FORMAS INOVAÇÃO PATRIMONIAL

Observamos uma crescente irradiação acadêmica das questões patrimoniais hodiernas, facilitando a composição de pauta favorável à relação entre investigação e inovação. Em parte, isso mantém uma hierarquia mecanicista que submete a investigação teórico-metodológica – de grande parte das Ciências Humanas – em injustos graus de inferioridade diante da força das tecnologias científicas. Obrigando muitas vezes a produção de resultados precipitados das indagações propostas ou mesmo incompletos. Por isso tendemos a afirmar que o alerta de Aquilino Duque na citação anterior não se restringe a imaturidade dos almonteños para com o Espaço Natural de Doñana. Pode e deve valer para os tecnólogos da Educação e do Turismo cujo comportamento cartesiano (só amadurecido sob a segurança das classificações e distinções), deixa as relações comunicativas desprovidas de bases científicas mínimas. E faz da ideia paradigmática de “inovação” um mero modismo para aprovar propostas de gestão limitadas e inconseqüentes.

O processo aberto, no I Congresso Internacional: *O Patrimônio Cultural e Natural como motor de desenvolvimento – investigação e inovação*<sup>2</sup>, responde à tendência de modismo por que usa as ferramentas tecnológicas (públicas e privadas), cada vez mais mediadas pelas possibilidades inventivas da web, para contra-atacá-lo. A reunião ampliada do Comitê organizador indicou o esforço para viabilizar estudos que interconectavam formas distintas para conteúdos similares na questão patrimonial. Assim ganharam espaços diferentes patrimônios: material e imaterial, natural e cultural, com financiamentos públicos, privados, organizações voluntárias, etc. Processo que por desdobramento devem colocar nas relações entre campos distintos da prática social moderna – particularmente o que nos interessa: turismo e educação, eco-política e religiosidade – uma responsabilidade específica de “inovar” que desenvolva metodologias de comunicação.

A inovação como tecnologia do fazer turístico, por exemplo, impõe aos agentes do processo uma prática de gestão profissional que transcende suas competências. O mesmo se pode afirmar dos demais campos. Sempre que a atividade técnica estrita for o máximo parâmetro da ação profissional, garante-se conservação; mas anula-se a inovação. Não se inova sem diálogo na linguagem do outro. Mas também não se avança inovando dialogicamente se esse processo for unidirecional.

<sup>2</sup> Congresso realizado na Universidade de Jaén (Andaluzia-Espanha) entre 26 e 28 de janeiro de 2011 representou a primeira iniciativa de expressão coletiva do Projeto-Rede denominado CEI (Campus de Excelência Internacional) em Patrimônio Cultural e Natural, cujo objetivo central é sistematizar as iniciativas acadêmicas mundiais no setor, envolvendo I+D+I (Investigação, Desenvolvimento e Inovação na questão patrimonial).

Tratando de distinguir possíveis zonas nebulosas que tendem a condensar como uma “mesma coisa” patrimônio e cultura, Santana & Prats (2005), em outro evento destinado a pensar o processo turístico (inclusive regional) nos desafios contemporâneos do patrimônio, esclarece um tópico, a nosso ver fundamental para estratégia mediadora da inovação. *El turismo cultural es turismo patrimonial y el patrimonio no es la cultura*. (PRATS; SANTANA, 2005:16). Em síntese, se o conceito de “patrimônio” pode adjetivar o turismo, natureza, a educação..., sem o risco de generalizar brutalmente sua potencialidade instrumental (leia-se tecnológica), seu potencial inovador transparece no reconhecimento de que se possa forjar o valor de troca como um valor de uso especial. Não somente um valor para quem detenha capital e possa acessá-lo, livremente. Um valor público de acessibilidade global e reinvenção das peculiaridades/excepcionalidade que precisam ganhar reconhecimento patrimonial para se conservarem. Afinal, não é só o capitalismo insustentável e exploratório que leva o mundo ao caos entrópico. As catástrofes naturais o fazem a olhos cada vez mais surpreendidos dos estudiosos do planeta. Ou seja, podemos conservar um mesmo bem patrimonial, com justificativas, valores e significações distintas. Um bem da humanidade, neste sentido continuará sendo um caleidoscópio de representações. O que não podemos é reduzir, a uma razão única razão, o motivo da proteção de um bem.

Inovam, portanto, os cientistas da educação, quando encontram na Didática dos bens patrimoniais, um celeiro de ofertas no entrecruzamento da educação formal e não-formal. Principalmente por fazer ultrapassar, o “muro de lamentações” que aprisiona o discurso da desqualificação dos professores – evidentemente, sem formação específica em patrimônio – constatando: uma formação específica molda um técnico no ensino do patrimônio; mas não molda a comunicação das diferenças que conforme Ivo Matozzi (2001) por que não faz triangular a didática, objeto, meio e fim do processo educativo. “En un vértice están los objetos del patrimonio cultural, en el otro los procesos de aprendizaje y, por consiguiente, los sujetos en formación, en tercero está los procesos de enseñanza y por consiguiente los docentes.” (MATOZZI, 2001: 62). Mas adiante, o autor avança na perspectiva de registra a importância de uma conversão desses bens, dispostos ao empreendimento comunicativo e turístico da contemporaneidade, ser “transpostos” como materiais didáticos. O patrimônio se manifesta como *recurso* da cultura humana. E isso também é válido para os espaços naturais demarcados também como recurso seletivo de uma natureza que se recria na conservação. Tende a concordar com a leitura de um conjunto de pesquisadores da educação e do turismo que constatam a representatividade dos monumentos, dos museus e das cidades.

Os recursos, em geral, são socialmente capturáveis pela sensibilidade e experiência das coletividades. Para serem instrumentalizados por uma didática aberta e significativa, porém, vão requerer processos de inovação patrimonial na competência formativa dos gestores. É por essa razão que visualizamos na reaprendizagem do patrimônio imaterial – como festas, rituais e celebrações – o instrumental mais pleno de acessibilidade à Educação e ao Turismo Patrimonial mesmo como meta das muitos gestores contemporâneos. Eis a razão de considerarmos os processos de formação ético-científica, farol dos ambientalistas – incluindo as ações em Doñana em estratégias de Educação Ambiental<sup>3</sup> – muita vezes incompleto (e menos complexa) do que as que levam a uma formação mítico-religiosa. Ao festejar a Virgem do Rocío, a coletividade vincula mais significativamente Ética, Estética e Espiritualidade, sem perder a dimensão técnica; e, portanto, sem abandonar o olhar sobre as possibilidades tecnológicas da inovação. O que muitas vezes é desprezado pela visão predominante de um fazer científico e administrativo, em compreender “estética” e “espiritualidade” como demandas ultrapassadas ou secundárias.

<sup>3</sup> O Documento Estrategia Andaluza de Educación Ambiental produzido em 2007 pela Junta de Gobierno, com a participação dos Conselhos de Meio Ambiente e Educação é a diretriz fundamental de trabalho no setor, mas não trás qualquer menção a articulação ou parceria com as questões da cultura popular, religiosidade e tradições.

A parte seguinte e final desse exercício reflexivo apontando elementos instrumentais que denota as festas populares em geral (e as religiosas em particular) como um desafio não somente aos parâmetros conservacionistas do registro e do reconhecimento patrimonial. Também para a re-orientação científica que se pretende inovadora na contemporaneidade.

## 5. CONCLUIR E FESTEJAR: VISITAÇÃO TURÍSTICA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Ao rastrear o estado da arte da Educação Patrimonial, no início da década de 2000, Fontal Merillas (2002) delimita a possibilidade de um modelo integral de educação a partir do reconhecimento de quatro outros modelos, mais ou menos comprometidos com uma *re-orientação* do sistema escolar. São eles: o *instrumental*, o *mediacionista*, o *historicista* e o *simbólico-social*. Entretanto, identifica, no 2º e no 4º modelo, maiores possibilidade de um tratamento integral que percorra os caminhos de uma sensibilidade dos agentes educativos para com a vivência do patrimônio no contexto mais adequado. Isso conduz a um princípio de seletividade temporal-espacial. Algo absolutamente inteligível para quem ritualiza a sacralidade dos lugares em dados momentos; e quase imperceptível para os que não o fazem em nome da modernidade e da secularidade.

Do encerramento de seu estudo, conta uma passagem familiar da descoberta ritual que uma criança faz de um objeto, aparentemente sem valor; mas com história, herança e continuidade futura. Mostra assim que a *sensibilização* ao patrimônio, o caminho fundamental do ensino-aprendizagem é um caminho de visita e interlocução. “Esos caminos viene marcados por la secuencia procedimental: conocer, comprender, respetar, valorar, cuidar, disfrutar, transmitir. Como hemos explicado, se tratado de un orden significativo de aprendizaje que por supuesto no implica que las acciones educativas sigan necesariamente esta secuencia.” (FONTAL MERILLAS, 2003:289) A construção que a autora que faz finaliza sua discussão sobre a teoria e a prática da Educação Patrimonial, deixando incomodados estudiosos da educação e os gestores administrativos. Como propor uma educação sem “mandamentos”? Como apostar em uma proposição que nega o movimento diretivo em função da inércia?

O fato de a pesquisadora explorar os parâmetros técnicos de um estudo que conversa o tempo todo com a sala de aula, o museu e a internet, não a deixa ignorar os papel da estética e da espiritualidade na construção e condução do conhecimento. Sem eles, temos avanços, mas não interlocução. Conservação e Inovação, na sociedade hodierna não têm garantido a interlocução das coletividades. Lidar com a questão patrimonial no âmbito escolar, sem essa atenção já se apresenta como um esforço ineficaz.

O mesmo pode-se deduzir para a instrumentalização do turismo quando forjado (e gestado sem o parâmetro da visitação. Em outros estudos nos nossa investigação aprofundou a questão do turismo cultural, percebemos as resistências na patrimonialização de espaços/lugares tecnicamente constituídos com toda a infra-estrutura, mas sem a poética da interatividade apenas proporcionada pela visitação. Isso por que quando o lugar visitado é realmente significativo, seu imaginário se reconstitui de forma tão festiva ou valorativa, seja nos lugar de destino quanto nos lugares de origem.

A festa, em sua “imaterialidade”, proporciona uma um campo de interações, de forma menos rígida e mais sensível que os valorados “centro de interpretação” do patrimônio. Muito embora reconheçamos a eficácia profissional e informativa destes centros, uma política de gestão do turismo patrimonial, precisa interagir com as festas. Exatamente para colher da festa a ultrapassagem da interpretação que, sem a inércia criativa interpreta para um vazio.

Os procedimentos que muito recentemente vem gerando a ampliação das áreas de proteção ambiental, com novos atributos patrimoniais, já são conhecidos há muito pela sensibilidade dos festeiros. As irmandades do Rocío, entre tantos, sabem que a festa é muito maior em tempo ⇔ espaço ⇔ representação do que a própria grandiosidade de sua manifestação de Pentecoste, na Ermita de Almonte. Resta-lhes continuar avançando e aprofundando essa comunicação. Resta-nos construir uma interlocução, para que saibamos interagir com as comunidades para qual nossa competência ainda é educar.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACHELARD, G. (2009), *La filosofía del no: Ensayo de una filosofía del nuevo espíritu científico* Buenos Aires-Madrid, Amorrortu Editores.
- CLAVAL, P. (1999), *Geografía Cultural*, UFSC, Florianópolis.
- CORREA, R. L. (2007), “Formas Simbólicas e Espaço” - Algumas considerações, *Revista Aurora Geography Journal*, Number 1, 11- 18.
- DIAS DE LA SIERNA, S. P. (2007), *Rocío: la explosión de la gran devoción del sur en el siglo XX*, Almuzara.
- DUQUE, A. (2004), “El mito de Doñana”, Fundación José Manuel Lara, Sevilla.
- FERRARA, L. D’A. (2008), *Comunicação, Espaço e Cultura*, Annablume, São Paulo.
- FONTAL MERILLAS, O. (2003), *La educación patrimonial: teoría y práctica en el aula, el museo e internet*, Gijón, Ediciones Trea, S.L.
- GASTAL, S. (2003), “Turismo na Pós-Modernidade: Agregando Imaginários”. In GASTAL, S; CASTROGIOVANNI, A. C. (Org.) in *Turismo na Pós-Modernidade (des) inquietações*, Edipucrs, Porto Alegre, 51-60.
- JUNTA DE ANDALUCÍA – COPT (2004), “Plan de Ordenación del Territorio del Ámbito de Doñana”, *Dirección General de Planificación. Servicio de Publicaciones*.
- JUNTA DE GOBIERNO DE ANDALUCÍA – IHPA (2005), “Paisaje y patrimonio cultural en Andalucía: usos e imágenes”, *Documentación del Instituto Histórico del Patrimonio de Andalucía*, Dirección Román Fernández-Baca Césares.
- MATTOZZI, I. (2001), *La didáctica de los bienes patrimoniales: a la búsqueda de una definición*; ESTEPA GIMÉNEZ, J; DOMÍNGUEZ, C; CUENCA LÓPEZ, J.M.(2001), *Museo y Patrimonio en la didáctica de las Ciencias Sociales*, Universidad de Huelva, Huelva.
- MORENO, I. (1999), *Las Hermandades Andaluzas: una aproximación desde la Antropología*, Universidad de Sevilla, Sevilla.
- MULERO MENDIGORRI, A. (2007), *Espacios Naturales Protegidos y Ordenación del territorio en Andalucía*, Servicios de Publicaciones, Universidad de Córdoba.
- MURPHY, M., GONZÁLES FARACO, J. C. (coord.). (2002), *El Rocío: Análisis culturales e históricos – Siete estudios y una bibliografía sobre la devoción rociera*, Servicios de publicaciones, Huelva.
- OLIVEIRA, C. D. M. de (2007), *Geografia do Turismo na Cultura Carnavalesca: o Sambódromo do Anbembí*, Editora Paulistana, São Paulo.

PRATS, SANTANA (2005), “Reflexiones libérrimas sobre patrimonio, turismo y sus confusas relaciones”, in Santana Talavera, A; Pratis Canals, L., *El Encuentro del turismo con el patrimonio cultural: concepciones teóricas y modelos de aplicación Sevilla*, Fundación El Monte, FAAEE y AAA.

SANTA MARÍA, T. G., PRADO GOMÉZ, L. DE. (2005), *Geografía Regional de España para educación secundaria*, Editorial Síntesis, Madrid.